

## ARTIGO

### 50 ANOS DE MEMÓRIA:

#### TRAJETÓRIAS E LUTAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA PUC-SP

YVONE DIAS AVELINO

Professora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Doutora em História Econômica e Mestre em História Social ambos os títulos pela Universidade do Estado de São Paulo USP.

E-mail: [yvonediasavelino@uol.com.br](mailto:yvonediasavelino@uol.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6786-0572>

ESTEFANIA KNOTZ CANGUCU FRAGA

Doutora em História (PUC-SP). Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em História (PUC-SP).

E-mail: [ekfraga@uol.com.br](mailto:ekfraga@uol.com.br)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0234-4021>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo delinear a trajetória do Programa de Pós-Graduação da PUC de São Paulo, que celebra seus 50 anos em 2022. Para isso, foi elaborado um panorama geral tanto da história da educação superior no Brasil como das reformas universitárias que pautaram a criação e desenvolvimento deste Programa. A narração dos fatos e eventos que marcaram o Programa de Pós-Graduação da PUC-SP baseou-se, em grande medida, na memória não só das autoras, mas também naquela de diversos colegas. O artigo ganha especial relevo em um contexto de profunda crise pela qual passa a produção de conhecimento científico no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-Graduação; História e Memória; Educação; PUC-SP; Pesquisa.

## **50 YEARS OF MEMORY:**

### **PATHS AND STRUGGLES OF THE POSTGRADUATE PROGRAM IN HISTORY AT PUC-SP**

**ABSTRACT:** This article aims to outline the trajectory of the Postgraduate Program at PUC University in São Paulo, which celebrates its 50th anniversary in 2022. To this end, an overview of both the history of higher education in Brazil and the university reforms that guided the creation and development of this Program was drawn up. The narration of facts and events that marked the Graduate Program of PUC-SP was based, to a large extent, on the memory not only of the authors, but also of several colleagues. The article gains special relevance in a context of deep crisis that the production of scientific knowledge is going through in Brazil.

**KEYWORDS:** Postgraduate program; History and memory; PUC-SP; Research.

Recebido em: 22/11/2022

Aprovado em: 23/11/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v75p259-283>



*A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido*

*(Walter Benjamin, Sobre o Conceito de História).*

## **Introdução**

Ao escrever o presente artigo tivemos que pensar em muitos momentos vividos, lembranças e reminiscências de um mundo acadêmico vivenciado com toda a plenitude de um ideal.

Ecoss de um passado que nos chega como se estivéssemos contemplando o que foi e não aconteceu, o que aconteceu e que não foi. Ideias e sonhos que não se realizaram, lutas e embates que nos desgastaram, mas não nos tiraram o ânimo para novas empreitadas, que nos impulsionaram a continuar e perquirir novos caminhos, com forças revitalizadoras e propostas novas e cada vez mais originais. São vidas de esperanças, de empreendimentos, realizações, frustrações, ruídos polifônicos de uma longa e árdua caminhada.

Comemoramos 50 anos. O nosso Programa de Estudos Pós-graduados em História festeja meio século de existência neste ano 2022, e isso é sinônimo de grandes recordações, acontecimentos, homenagens, perdas, rememorações, ou seja, a ação de lembrar, de trazer algo à memória, onde há uma menção que é feita durante uma celebração.

Como nos aponta o historiador francês Jacques Le Goff:

A memória, na qual cresce a história, que, por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003, p.471).

Porém, para melhor compreendermos o contexto da criação do Programa, faz-se necessário estabelecer algumas reflexões sobre a história da educação no Brasil e as ideias, acordos e reformas que lhe serviram de pauta.

## **A Educação Superior no Brasil e suas Reformas**

A trajetória da educação universitária brasileira é marcada por sua juventude, não só em comparação com os países do Velho Mundo, mas também com as nações americanas. Não é preciso retornar aos primórdios medievais europeus. Em nosso processo colonial, não nos foi permitido, ao contrário do que ocorreu com os países de colonização espanhola, por exemplo, a instalação de estabelecimentos de ensino superior em nosso território. Até o início século XIX, os pouquíssimos membros das elites que podiam ter acesso a uma formação profissional costumavam optar por cruzar o oceano e recorrer aos serviços da Universidade de Coimbra.

O Brasil teria de esperar até o século XX para ter suas primeiras universidades. Se as faculdades de Medicina e Direito já pontilhavam o território nacional desde pouco depois da chegada da família Real portuguesa ao Rio de Janeiro, as primeiras universidades surgiram apenas em 1913, no Paraná e em Manaus. Ainda teríamos de esperar pouco mais de vinte anos para, em 1934, ser fundada a primeira das universidades brasileiras a se basear no tripé ensino-pesquisa-extensão, a Universidade de São Paulo, que, embora tenha sido criada pelo então interventor do estado de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, contou para sua construção e viabilização com o generoso apoio de setores privados, mais especificamente da endinheirada elite cafeeira paulista, interessada em fazer frente aos planos de hegemonia varguista.

O setor privado também entraria diretamente nessa área, com destaque para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituição que, além de privada, é confessional e filantrópica. Fundada em 1946, a PUC-SP se notabilizou pela produção de conhecimento científico na área das Ciências Humanas, especialmente em Direito, História, Comunicação e Educação.

É importante destacar ainda a criação, em 1951, do CNP (Conselho Nacional de Pesquisa), atual CNPq. Não estava em pauta, nesse momento, o estabelecimento de programas de pós-graduação, mas sim a ideia de se fomentar o contato e prover o auxílio para que pesquisadores nacionais pudessem acessar instituições de ensino estrangeiras. Por sua vez, a Capes, concebida para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior, estabelecida no mesmo ano de 1951, se tornaria, ao longo da década de 1950, a viabilizadora do intercâmbio de um grande número de estudantes para sua formação. Seriam eles, em grande medida, os responsáveis pela criação dos programas de pós-graduação no país nas décadas seguintes.

Ao observarmos mais atentamente essa dinâmica, podemos asseverar que este é um caso em que a juventude não representa potencialidades, como costumeiramente se costuma atribuir a outras características do Brasil, como se dizia de nossa pirâmide etária até o início dos anos 2000. Aqui, a pouca idade de nossas faculdades e universidades é sinônimo de atraso e restrições ao seu acesso, e, por conseguinte, em atrofia de um pensamento e produção científica nacionais.

Um modelo marcado pelo elitismo e que vem favorecendo, em que pesem algumas importantes iniciativas em contrário, como a lei das cotas, os programas de financiamento estudantil e a ampliação de universidades federais durante os anos 2000 e primeira metade da década de 2010, o projeto excludente de um grupo bastante restrito numericamente e que pretende manter seu domínio econômico e simbólico da sociedade brasileira. Contrariar tais interesses não nunca se revelou uma tarefa fácil.

### **As Reformas de Goulart: Desenvolvimento coletivo da sociedade**

Uma primeira tentativa no sentido de romper com esse modelo restritivo e tentar democratizar a educação superior no Brasil se deu durante o governo de João Goulart (1961-1964). Em um momento nada favorável a conciliações e concessões, o projeto de Jango não chegou a ser posto em prática, abreviado, tal qual seu governo, pelo Golpe Civil-Militar de 1964.

A proposta de Goulart, capitaneada especialmente pelas figuras de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, seu ministro da educação e arquiteto da construção de um Ministério da Educação, Cultura e Tecnologia (MECC), via a necessidade de enfrentar uma legislação refratária, instituída nos anos 1940. Vivia-se no Brasil os reflexos do recente processo de industrialização levado a cabo por Juscelino Kubitschek, que contrastava com o imenso atraso das relações trabalhistas ainda vigentes no campesinato.

Uma nova classe média urbana estava em formação e consolidação, trazendo a reboque uma vasta gama de tensões e expectativas. Esse novo contexto de especialização da mão de obra demandava a ampliação e a popularização das universidades e o aperfeiçoamento da formação de seus estudantes. Para tanto, eram imprescindíveis a desburocratização dessas universidades e uma maior autonomia das instituições de ensino superior, que teria na reorganização das disciplinas e de seus currículos alguns de seus mais importantes elementos.

O caminho proposto por Ribeiro previa, pois, a adequação às necessidades do capital sem, no entanto, espoliar os trabalhadores. Nesse modelo de pensamento, caberia ao Estado o papel de indutor do desenvolvimento nacional. Assim:

Iniciado há mais de dois séculos, o processo civilizatório fundado da Revolução Industrial prossegue sem haver alcançado seu termo, mesmo nas áreas pioneiras. Examinando a longo alcance, representa, por isso, tanto um avanço do progresso quanto uma irrupção, não encerra dentro de si uma capacidade de promover a industrialização autônoma de várias áreas, nem de assegurar paz, estabilidade, bem-estar e liberdade aos povos que integra num sistema único (RIBEIRO, 1997, p. 197).

Essa dinâmica de avanço autóctone precisaria ser ditada por nossa própria criatividade. Nela, a renovação da sociedade e, por conseguinte, de suas instituições se daria sem o prejuízo de nossa identidade étnica e como expressão do conjunto dos interesses de nossa população, materializados na satisfação de nossas necessidades, proporcionada por nosso desenvolvimento tecnológico. Vislumbrava-se um modelo inclusivo de aumento de produção de riquezas e de superação de antigas barreiras à realização efetiva de nossas potencialidades (AGUIAR, 2017).

Da mesma forma, Ribeiro chama a atenção para o fato de que a inclusão no curso de desenvolvimento industrial global poderia, com todo o processo impositivo e de racionalização exigidos para sua implantação, acarretar o solapamento de estruturas socioculturais ou em uma limitação da autonomia de expansão dessas sociedades, camuflada por um aparente surto de progresso (RIBEIRO, 1969; 1970; 1997).

Para sua Reforma, Ribeiro vai buscar inspiração no modelo universitário norte-americano, erigido de maneira autônoma no período pós-

independência, ainda nos primeiros anos da Revolução Industrial e estruturado em duas vertentes distintas e complementares. A primeira delas segue um padrão germânico e tem na Universidade de Harvard o seu mais importante exemplo. Ali, o empirismo dita as regras da produção do conhecimento científico. A segunda vertente volta-se para uma formação mais geral e prática, concebida para as atividades profissionais e ministrada pelos chamados *Junior Colleges*. Nesse mesmo ramo estão os *Land-Grant Colleges*, que formavam estudantes nas áreas de Ciências, Letras e Artes. Produção de conhecimento científico aliada de uma formação de caráter mais técnico e enriquecida por um veio humanista. Diversidade e múltiplas opções para responder à complexidade dos desafios colocados pela modernização hipertardia da sociedade brasileira. Quadros científicos e trabalhadores especializados para um mercado mais exigente (AGUIAR, 2017).

Nas palavras de Anísio Teixeira, ficam ainda mais evidentes e materializadas as características colocadas por Darcy Ribeiro:

A reforma resolveria, assim, o problema da admissão à universidade, abrindo seus portões para acolher a mocidade que terminasse o curso secundário e alimentasse o propósito de continuar os estudos, oferecendo-lhe um curso introdutório, de nível superior, destinado a: (1) alargar-lhe a cultura geral recebida no nível secundário; (2) dar-lhe uma cultura propedêutica para as carreiras acadêmicas ou profissionais; (3) ou treiná-la em carreiras curtas de tipo técnico. Terminados estes cursos é que se iria proceder à seleção dos estudantes para os cursos regulares de graduação nas carreiras acadêmicas ou profissionais. Depois desta formação, nova seleção se faria, imediata ou posteriormente, para a escola pós-graduada (TEIXEIRA, 1989, p. 212).

Infelizmente, tal projeto não chegou a se materializar. Ainda que possamos colocar a criação da Universidade de Brasília, fundada em 1962, como uma das mais importantes (senão a mais importante) heranças do período Jango, é inegável a limitação do alcance de sua reforma universitária. Vivia-se uma época de intensa polarização ideológica envenenada pela Guerra Fria e alimentada pelos temores suscitados pela Revolução Cubana.

Nossas elites, tradicionalmente atrasadas, tacanhas, míopes, predatórias e imediatistas não abraçaram essa e as demais Reformas de Base propostas por João Goulart, que não pretendiam transformar o Brasil

em um país comunista, mas tão somente desejavam a instauração de outro e inédito experimento sociológico: a modernização inclusiva de um país latino-americano forjado em um projeto colonial longo e intensivo, alicerçado na violência da escravidão. A própria ideia de desenvolvimento distributivo, um reformismo modesto, já foi e, infelizmente ainda é, capaz de fazer soar os alarmes dos “donos do poder” que, seja como farsa, tragédia ou rematada caricatura, não hesitam em agitar o espantinho do socialismo.

Os ventos da década de 1960 que sopravam no hemisfério Norte ares de liberdade e contestação, ao Sul formaram nuvens carregadas que alimentariam longas tempestades de obscurantismo, exclusão e atraso. O projeto modernizador do Brasil carrega a marca paradoxal do conservadorismo. Autolimitado, elitista e aquém de suas possibilidades, teve na Ditadura Civil-Militar (1964-1985) seu mais emblemático exemplo. Por certo, um setor estratégico como o do desenvolvimento educacional e científico não ficou de fora do olhar dos fardados.

### **A Reforma Universitária do Regime Militar**

Combate à inflação por meio de arrocho salarial. Tutela da organizações representativas dos trabalhadores. Censura à imprensa e às manifestações artísticas. Crescimento para uns, pedaço do bolo eternamente negado para a grande maioria. Divergências políticas resolvidas com tortura, morte e desaparecimentos. O período militar, malgrado seus saudosistas de plantão, sempre deixou muito claro seu desejo de colocar em prática um projeto de desenvolvimento excludente. O bem-estar da população era visto como preocupação nos limites da Doutrina de Segurança Nacional.

Autoritarismo e elitismo também estarão presentes no projeto universitário dos militares. Trata-se, como em outros ramos políticos e sociais, de colocar em prática uma proposta de forma acabada, uniforme e verticalizada. Aqui também notaremos a influência americana, no entanto, ela não se dará pelo modelo diverso e acessível idealizado por Darcy Ribeiro, mas por uma proposta bem mais pragmática, viabilizada pelos acordos entre o Ministério da Educação, o MEC, e a Agência Norte-americana para o desenvolvimento Internacional, USAID, em sua sigla inglesa.

Os acordos MEC-USAID estabeleciam convênios de assistência técnica e ajuda financeira para a educação brasileira. Entre meados de 1964 e início de 1968, foram firmados 12 acordos que versavam sobre todos os níveis educacionais, desde o atual ensino fundamental até o ensino superior. Esse foi o período mais prolífico de acordos e antecedeu e influenciou fortemente a reforma universitária dos militares instituída em 1968. A parceria com os americanos se encerrou em 1976.

A concepção dos acordos MEC-USAID objetivava orientar o sistema educacional brasileiro de acordo com as necessidades dos países centrais do capitalismo. Não se tratava de uma preocupação com a democratização do ensino do País ou com a superação de suas antigas limitações, mas de uma “ajuda externa” provida por profissionais vindos dos Estados Unidos que implantasse um conjunto de diretrizes técnicas que garantiriam o suprimento de mão de obra na quantidade e na qualidade requeridas pelas grandes corporações internacionais, mais notadamente, por certo, as norte-americanas. Algo muito diverso do modelo de Darcy Ribeiro, sem dúvida.

Porém, como já delineado anteriormente, a principal interferência dos militares se deu pela implantação de sua reforma universitária por meio da Lei nº 5540 de novembro de 1968. Vejamos alguns dos pontos mais relevantes dessa normatização:

Art. 11. As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;
- f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa; (BRASIL, 1968).

Mais adiante, temos:

Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades e Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias ou estabelecimentos isolados far-se-á com observância dos seguintes princípios:

I - O Reitor e o Vice-Reitor de universidade oficial serão nomeados pelo respectivo Governo e escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente;

§1º Os Reitores, Vice-Reitores, Diretores e Vice-Diretores das instituições de ensino superior, mantidas pela União, salvo o disposto no § 3º deste artigo, serão indicados em lista de seis nomes pelos respectivos colegiados e nomeados pelo Presidente da República (BRASIL, 1968).

A organização da esfera docente era definida como:

Art. 32. Entendem-se como atividades de magistério superior, para efeitos desta lei:

a) as que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa, se exerçam nas universidades e nos estabelecimentos isolados, em nível de graduação, ou mais elevado, para fins de transmissão e ampliação do saber;

b) as inerentes à administração escolar e universitária exercida por professores.

§1º Haverá apenas uma carreira docente, obedecendo ao princípio da integração de ensino e pesquisas. (BRASIL, 1968).

Por fim, cabe destacar o dispositivo de reconhecimento de instituições privadas de ensino:

Art. 47. A autorização ou o reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornado efetivo, em qualquer caso, por decreto do Poder Executivo, após prévio parecer favorável do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1968).

Observando a letra da lei, podemos perceber a modificação da estrutura interna das universidades, com a criação dos departamentos, a ênfase do binômio ensino e pesquisa, que favorecia o surgimento de programas de pós-graduação, a perda da autonomia universitária, com a escolha de reitores e vice-reitores das universidades públicas feita pelo próprio presidente da República, além da abertura para o reconhecimento de universidades privadas. Os efeitos de tal política convergem para o modelo contraditório de modernização conservadora que apontamos como

característico do período ditatorial, somado ao viés autoritário de sua implementação. Como aponta o Professor Rodrigo Patto Sá Motta, da UFMG:

No fim da ditadura, tínhamos universidades públicas de alta qualidade, com ampliação do sistema de pós-graduação, institutos consolidados, campi universitários, melhoria dos salários dos professores e ampliação de vagas, tanto para docentes quanto para alunos. Essas vagas foram ocupadas, em sua maioria, pelos grupos de elite, uma distorção grave, que tentou ser compensada pela expansão do sistema privado, com intuito de absorver os estudantes mais pobres, incentivados pelos financiamentos governamentais. Recentemente é que alguns governos vêm tentando lidar de forma mais positiva com essa situação, com base, por exemplo, na Lei de Cotas (SANCHES, 2018).

Mas não apenas as principais vagas do ensino superior público e gratuito foram ocupadas por grupos de elite, como a expansão do ensino superior do País deu-se, então, por meio de universidades particulares, igualmente inacessíveis à maioria da população. Ainda que alguns avanços possam ser apontados com a reforma de 1968, podemos perceber claramente uma modernização elitista e uma clara tentativa de tutelar o pensamento universitário.

Porém, nem todos os setores universitários foram igualmente afetados pela reforma de 1968. Constitui um claro exemplo de exceção a essa regra o processo de reforma implementado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com consequências bem mais libertadoras que as almejadas pelos militares.

### **A Reforma Universitária da PUC-SP**

Assim como a cidade de São Paulo nasceu da ideia de uma escola nos tempos trentinos, a PUC de São Paulo nasceu da junção de ideias beneditinas, jesuítas e agostinianas que se prontificaram a criar uma universidade plural. Se olharmos para o passado, poderemos visualizar a grandeza desta nossa universidade no cenário nacional e internacional. Foi em seu momento mais expressivo, a quinta maior universidade do País, tendo nas décadas de 1970 e 80 uma presença marcante na história da universidade brasileira. Ela absorveu vários talentos oriundos da USP, da América Latina e de outros estados brasileiros e se constituiu em um espaço

privilegiado de trabalho intelectual por não ser uma entidade governamental soube atuar no espaço de autonomia possível dentro de um regime autoritário no Brasil naquele momento. A PUC São Paulo de beneficiava dos ventos renovadores que sopravam da Igreja Católica (SAVIANI, 1996).

Relacionando seus saberes com toda a América Latina, a PUC-SP atendeu prontamente aos ecos vindos da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (CELAM) realizada em Medellín, na Colômbia, entre 26 de agosto e 6 de setembro de 1968, cujo tema foi a “A Igreja na Atual Transformação da América Latina à Luz do Concílio”. Orientações que seriam ratificadas e expandidas posteriormente, na Conferência de Puebla, no México ocorrida em 1979. Essas diretrizes deixam claro que a Igreja, sob uma perspectiva institucional e teológica não havia sido cooptada pelo molde que o Golpe de 64 apontava, como detalhado no início desse artigo.

Tendo em vista especificamente a PUC-SP, a instituição incorporou as ideias correntes da Igreja em seu dia a dia, no que se notabilizou à época na fala de seu Grão-mestre, Chanceler Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns: “A universidade na caminhada do povo”.

Além de abrigar ilustres talentos acadêmicos em seu seio, em seus muros abrigou a SBPC, proibida pela Ditadura Militar e resistiu bravamente pela democracia. Viveu tristemente uma invasão truculenta comandada pelo Cel. Erasmo Dias e vivenciou dois incêndios que destruíram seu patrimônio no TUCA. A tudo superou com altivez.

O nosso respeitado Programa de Pós-Graduação em História nasceu em 1972 recebendo esses ecos. Esse começo representou uma batalha difícil, pois a nossa universidade ainda era pequena, onde as relações interpessoais e a tradição catedrática da organização acadêmica prevaleciam. O espaço físico era extremamente restrito, constituído pelo que, hoje, apenas e carinhosamente chamamos de Prédio Velho, o antigo convento que pertenceu às Irmãs Carmelitas.

Somente com a exigência da Reforma Universitária empreendida na PUC, seguindo diretrizes governamentais, mas como exposto, com certo e importante grau de autonomia, é que esse espaço foi concebido.

O único local disponível era o porão deste antigo edifício, onde hoje se instalam os Centros Acadêmicos dando frente ao ainda inexistente prédio

Bandeira de Mello. É hoje o lugar mais cobiçado pela alegre juventude que ocupa a “célebre Prainha” e suas atraentes escadarias onde a alegria predomina.

Tratava-se de um porão com várias repartições ligadas por um corredor interno, sem comunicação externa, ladeado por pequenas janelas gradeadas. Neste local escuro e sem atrativos, foi onde o timoneiro, Dr. Joel Martins, em 1969, instalou as coordenações dos primeiros Programas de Estudos Pós-graduados que foram: Psicologia da Educação, organizado e coordenado pelo próprio Dr. Joel Martins, o de Sociologia, coordenado e organizado pelo Prof. Dr. José Pastore, o de Teoria Literária (mais tarde, no momento do credenciamento, passou a ser chamado de Semiótica), organizado e coordenado pela Professora Dra. Lucrécia D’Aléssio Ferrara, e o de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, organizado e coordenado pela Profa. Dra. Maria Antonieta Alba Celani.

Todos esses professores, com larga experiência nas melhores universidades americanas e europeias e que ali trabalharam com grandes recursos e conforto e que agora, neste momento histórico, foram trabalhar, num porão desta universidade sem um mínimo de conforto e muitos desafios, cujo principal deles era o de consolidar e traçar rigorosamente a filosofia da Pós-Graduação na PUC-SP. Partindo de critérios para esta instalação de um projeto pedagógico de Pós-Graduação inédito na instituição.

O Prof. Pastore não resistiu à oportunidade que lhe ofereceu a USP. Desistiu da PUC, mas deixou claro que daria continuidade à formação dos alunos por ele selecionados. Um deles, à época, meio escondido do Regime Militar então no poder, que já o havia “presenteado” com alguns dias de detenção, retornou mais tarde, com o título de Mestre, com a indicação para dar um curso de sociologia no recém-criado, pela saudosa Irmã Leda Maria Pereira Rodrigues, Programa de Pós-Graduação em História, inaugurado no mês de outubro de 1972, o nosso. Trata-se do Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley, nosso Professor Emérito, titular do Departamento de Sociologia do curso de Ciências Sociais.

Apesar de ter se empenhado na criação do Programa, Irmã Leda Pereira Rodrigues estava ocupando o cargo de vice-reitora administrativa, o

que a impedia de assumir a coordenação, incumbindo a Profa. Dra. Estefania K. C. Fraga de tornar isso uma realidade.

Nossa primeira coordenadora procedeu à inscrição da criação da linha de pesquisa em Movimentos Sociais e convidou professores para integrarem o primeiro corpo docente que foi integrado por ela e pela Irmã Leda, além da Profa. Dra, Helena Fanganiello, pelo Prof Me. Luiz Eduardo Wanderley e Profa. Me. Yvone Dias Avelino, da USP.

O projeto de criação da Pós-Graduação, elaborado e encaminhado à Comissão Central de Reforma, destacava que o Programa de Pós-Graduação seria essencial para a política da Igreja. A Universidade começaria com Programas de Mestrado, ficando o Doutorado para uma etapa seguinte.

Aos poucos, outros Programas, de outras áreas foram criados e resultaram em cruzamento de cursos, até atingir o complexo de uma pós-graduação de toda universidade.

O setor de pós-graduação surgiu com três programas, que foram ampliados para sete com uma coordenação diretamente vinculada ao Reitor.

Em 1976, quando a Dra. Nadir Gouvêia Kfoury foi escolhida e nomeada Reitora pelo Grão-Chanceler D. Paulo Evaristo Arns formou sua equipe. Nessa ocasião, o Prof. Joel Martins foi então nomeado o primeiro presidente da Pós-Graduação, cargo até então acumulado pelo Reitor e José Nagamine, Coordenador da Assessoria Técnica de Planejamento.

A Pós-Graduação foi transferida para outro espaço físico: Do outro lado da Rua Monte Alegre, entre esta e a Rua Cardoso de Almeida, hoje um estacionamento. Um espaço estreito, onde havia uma secretaria, uma pequena biblioteca em uma espécie de praça e, na sua extensão, ficavam as estritas salas dos coordenadores, que se estendia, dessa praça à Rua João Ramalho. As salas de aula ficavam no corredor que ia dar na Cardoso de Almeida. Nesta simplicidade bucólica, os Programas foram sendo ampliados, assim como seu corpo docente.

O plano do antigo Reitor Bandeira de Mello, de construir o “Prédio Novo” estava em andamento, causando uma melhoria das instalações do Campus, mas necessitando de empréstimos bancários que trouxeram uma violenta crise à instituição que foi aumentando na gestão seguinte onde os docentes foram altamente prejudicados, ficando sem receber seus salários

durante quatro meses e, acontecendo se pagamento, para a alegria de todos, às vésperas do Natal. Recebia-se, nessa ocasião, os salário diretamente do caixa do Banco Bradesco que funcionava no subsolo.

Nesse mesmo ano, o projeto do novo estatuto foi encaminhado e submetido à apreciação do Conselho Universitário, sendo aprovado pelo plenário após muitas discussões.

Naturalmente o preceito da autonomia universitária, na forma da lei (Art. 3 da Lei nº 5540) o que significava, na maneira da política educacional do governo, determinada pela legislação punitiva e restritiva das liberdades, mas sobretudo consagrava os princípios da doutrina e da moral cristãs como cumprimento de sua missão, assumindo até as últimas consequências, a responsabilidade em assegurar “a liberdade de investigação de ensino e de manifestação de pensamento”, artigo terceiro do estatuto.

Era a manifestação explícita e institucionalizada da Igreja pós-conciliar e da opção preferencial pelos pobres da América Latina.

Como em outros Programas, o de História também teve um aumento em seu corpo docente e boas propostas foram se efetivando. Ingressaram nessa ocasião o Prof. Dr. Leon Pommer da Universidade De Buenos Aires, a Profa. Dra. Déa Fenelon, da Unicamp e a Profa Dra. Luciara Silveira Aragão e Frota da Universidade Federal do Ceará e o Prof. Lúcio Kowarick da USP e o Prof. Maurício Tragtemberg que atuava no ensino superior privado de Ribeirão Preto.

Havia muitas dificuldades no início do Programa. A começar pela ausência de secretárias. O Coordenador Geral destacou apenas uma funcionária para atender a todos os programas, o que tornava difícil o envio de material para a CAPES para obter a autorização e credenciamento dos programas.

Por outro lado, a mudança para o quarto andar do prédio Bandeira de Mello, cujo espaço deveria acolher Reitoria. Porém, a Dra. Nadir Kfourri, então Reitora, preferiu continuar ocupando as instalações que até hoje abrigam a reitoria. Essa atitude significou um grande e inesperado avanço no quesito de infraestrutura e espaço que, aos poucos, foi sendo diminuído e transformado em pequenas salas, à medida que surgiam novos Programas.

O Programa de História ocupou espaços grandes, onde havia até uma sala específica para reuniões e para a instalação de um Centro de Pesquisa

Histórica, que ocupava o espaço contíguo ao Programa. Irmã Leda encarregou uma de suas orientandas, a Profa. Yara Aun Khouri para organizar esse centro. Ela que, posteriormente, por ocasião da morte do idealizador do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC), Prof. Pinheiro Machado, tornou-se a segunda coordenadora deste Centro de Pesquisas, fundindo este acervo com o do Centro de Documentação de História. Nessa ocasião também, o Professor Leon Pommer criou a Revista Projeto História. Como não tínhamos verbas disponíveis para sustentar a publicação, Irmã Leda foi a financiadora. Com a saída da Profa. Yara da Universidade, a Profa. Dra. Heloísa de Faria Cruz foi a terceira coordenadora do CEDIC.

O Programa de Pós-Graduação em História tinha um curso interdisciplinar de Leitura Sistemática, que servia a qualquer projeto de pós-graduação, havendo um amplo entrosamento entre os alunos da PUC-SP e da USP, que também os frequentavam como ouvintes, gerando uma interligação entre vários profissionais, como arquitetos, advogados e jornalistas que usavam a História Oral em seus trabalhos. Foi quando a Profa. Luciara propôs à Coordenação que esse curso de Leitura Sistemática pudesse ser dividido em duas fases. Na primeira, os alunos estudariam a Teoria da História, técnicas de entrevistas entre profissionais variados, como médicos psicólogos e educadores. Criou-se aí a validade do uso de História Oral, sendo a PUC-SP a pioneira depois do CPDOC. A interdisciplinaridade do curso fez nascer a ideia de um laboratório de Documentação Sonora e Gráfica que se estenderia à pós-graduação, havendo um intercâmbio com outros cursos. Para resguardar os documentos, do ponto de vista da atuação jurídica, foram efetuadas palestras dos Professores de Direito, Eduardo Muylaert, Manoel Alceu Afonso Ferreira e Renan Lotufo, onde o Programa recebeu o apoio integral do coordenador do curso de Direito, Prof. Dr. Michel Temer, da Profa. Dra. Maria Luísa, do Programa de Educação, Carmen Junqueira, da Antropologia, Maria do Carmo Guedes da Psicologia, Lucrécia Ferrara, da Semiótica e Suzana Medeiros, do Serviço Social. A criação deste Laboratório de Documentação Sonora e Gráfica foi um desafio e de uma grande importância para o Historiador e áreas afins. Tratava-se de um registro seletivo de tudo aquilo que o narrador, depoente, entrevistado ou qualquer outra denominação que se queira dar dizia ao entrevistador. Tal

projeto foi descontinuado com a saída da Profa. Luciara para a Universidade de Brasília. Hoje, esse programa, um pouco reformado, integra uma das facetas do Núcleo de Estudos de História Social das Cidades (NEHSC, PUC-SP).

As atividades do Programa foram se consubstanciando com outras coordenações, com outras pessoas que a ele se dedicaram com afinco. Nos 1980 e 1990 ingressaram importantes expressões da Historiografia. A Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Mattos, a Profa. Dra. Maria Angelica Victoria Miguela Careaga Soler, o Prof. Dr. Fernando Torres Londoño, a Profa. Dra. Maria Antonieta Martines Antonacci, o Prof. Holien Gonçalves Bezerra, Prof. Dr. Maurício Broinizi Pereira, a Profa. Dra. Heloisa de Faria Cruz, a Profa. Dra. Marcia D'Aléssio, a Profa. Dra. Denise Bernuzzi De Sant'Ana. Na virada do século XXI, o Programa recebeu novas expressões de destaque, a Profa. Dra. Maria do Rosário da Cunha Peixoto, a Profa. Dra. Olga Brittes, o Prof. Dr. Antonio Rago Filho, o Prof. Dr. Antonio Pedro Tota e Profa. Dra. Mariza Romero. Agregando dinamismo e juventude, o Programa abrigou o Prof. Dr. Luiz Antonio Dias, a Profa. Dra. Carla Reis Longhi, o Prof. Dr. Amailton Magno Azevedo, o Prof. Dr. Amílcar Torrão Filho e o Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider.

Entre os anos de 1998 e 2001, foi criado o chamado “Minter” ou Mestrado Integrado, realizado em parceria com três universidades da Bahia, a Ucsal, a Uesc e a Uneb que formou onze Mestres, havendo ida sistemática de professores para essas universidades, para aulas, palestras e orientações. Posteriormente o PROCAD (Programa de cooperação Acadêmica), primeiramente em parceria com a Unesp de Assis, com UFU e com a Ucsal formou cinco Doutores e dez Mestres, posteriormente realizou parceria com a UFPA, onde se doutoraram 16 jovens.

Em consonância com as primeiras diretrizes emanadas por Puebla e Medellín, a atuação do pensamento cristão permaneceu levando o Programa de Pós-Graduação a prestar atenção em todos os atores sociais. Muitos deles entraram em cena nas últimas décadas buscando o protagonismo que lhes é de direito. Assim o Programa, enxerga a História Cultural como campo de luta de experiências, arena de elementos conflitivos e de múltiplas produções de sentidos pelos sujeitos, no passado e no presente, acarreta uma ampliação da perspectiva analítica, incorporando

sistemas de representações, modos de vida e práticas cotidianas. Como afirma Sandra Pesavento;

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como faz Lynn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a Cultura. Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2014, p. 15).

Dessa forma, o Programa enfrenta o desafio de debater diversos problemas históricos e metodológicos, buscando instrumentalizar seus membros da fluidez e heterogeneidade conceitual, do questionamento de marcos culturais rígidos e estáticos, da observação das questões ligadas à diversidade (étnica, social, gênero, geração), às experiências transculturais, multiculturais e à emergência de novas experiências identitárias, formações e instituições, que ganham materialidade nas diversas linguagens.

A perspectiva cultural propicia a observação de práticas, representações e apropriações do social, político, econômico e cotidiano, com a incorporação de produções no campo das ideias, sistemas intelectuais e científicos, somados a inclusão de aspectos como as subjetividades e corporeidades, afetividades, sentimentos e desejos, valores e tradições, o religioso e o místico, estético, ficcional e fantástico. Eleger a cultura como eixo de reflexão histórica visa à abertura de possibilidades de interpretação, perspectivas de investigação e de intervenção no social, além de ampliar diálogos multidisciplinares e entre tendências, abordagens metodológicas e historiográficas, desdobrando seu escopo nas linhas de pesquisa de Cultura e Cidade, Cultura e Representação e Cultura e Trabalho.

É importante salientarmos que o Programa é atuante na pesquisa e produção científica através dos seus núcleos e centros, todos certificados junto ao CNPq. Destacamos abaixo a relação deles:

#### Núcleo de Estudos da Mulher (NEM)

Em atuação desde 1991, liderado pela profa. Maria Izilda Santos Matos, é integrado por investigadores de diferentes setores da instituição,

agregando pesquisadores (IC, mestrado, doutorado e pós-doutorado), professores, alunos e vários bolsistas da CAPES, CNPQ e FAPESP. Possui intercâmbios com Universidades Nacionais e Internacionais. Em 2013, desenvolveu Convênios com a CEPAL, Comissão para os Direitos da Mulher e CEPESE (Portugal). Desenvolve um conjunto de atividades de ensino, extensão e pesquisa, incluindo seminários, encontros, publicações, principalmente na divulgação de pesquisa de seus membros. Participa ativamente de Congressos, encontros e seminários nacionais e internacionais. Também atua junto à comunidade, através de consultorias de pesquisa, prestação serviços comunitários, além de cursos e palestras. De tais atividades resultaram vários eventos e publicações em 20178 mencionadas nos itens relativos Redes Nacionais e Internacionais.

#### Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC)

Em atuação desde 1991, tendo como líder a Profa. Yvone Dias Avelino, integrado por pesquisadores nacionais e internacionais e de outros Programas de Pós-Graduação, além de alunos da PUC-SP e de outras instituições, volta-se para a promoção de pesquisas, debates, cursos, encontros e outras atividades na temática da História Social das Cidades. No último quadriênio, articulou pesquisas, promoveu seminários e encontros, cursos e atividades diversas. Manteve e mantém parcerias e cooperações com entidades acadêmicas, com pesquisadores de universidades brasileiras, latino-americanas, portuguesas e espanholas. Desenvolve também atividades voltadas para a discussão de políticas públicas. Desde 2008 edita a revista eletrônica Cordis que dá publicidade às reflexões de pesquisadores do Núcleo e de várias instituições do país e de pesquisadores externos. Nas comemorações do bicentenário da independência e do centenário da Semana de Arte Moderna, realizou três congressos nacionais com professores de universidades federais brasileiras, da Universidade de Coimbra, da Universidade da Nova Lisboa, além de docentes do próprio Núcleo e do Programa.

#### Núcleo de Estudos de História; Trabalho, ideologia e poder (NEHTIPO)

Em atuação desde 1991, tendo como líder o Prof. Antonio Rago Filho, o NEHTIPO tem se proposto a desenvolver atividades de pesquisa, de formação teórica e de produção de materiais pedagógicos visando compreender as transformações no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e o fenômeno de mundialização do capital. Articula pesquisas, promove encontros e seminários sobre os temas da História do Trabalho, particularmente das Histórias das lutas sociais dos trabalhadores no Brasil e na América Latina. O núcleo atuou continuamente em 2018 através da organização de eventos; participação em eventos, ministrando palestras, minicursos e conferências, além da participação de pós-doutorandos e doutorandos em eventos vinculados ao Núcleo.

#### Núcleo de Estudo Culturais: História Memória e Perspectiva de Presente (NEC)

Em atividade desde 1996, tendo como líder a Profa. Maria do Rosário da Cunha Peixoto, é integrado por pesquisadores do Programa (profa. Olga Brites e Profa. Heloísa Faria Cruz) e de outras instituições e alunos da PUC-SP e de outras instituições universitárias brasileiras, dentre as quais destacam-se a UFU, a UNIOESTE, UNIVAS, UFF. UESC. O NEC originou-se em 1996 do Núcleo Cultura, Trabalho e Cidade, que na perspectiva da história social e da reflexão sobre a memória, articula pesquisas, promove seminários e debates, e projetos interinstitucionais e de cooperação acadêmica, tais como o Projeto de Cooperação Acadêmica, PROCAD, desde 2004 do qual resultaram Seminários e 02 (duas) publicações. Em 2014 teve a aprovação pela CAPES do PROCAD TRABALHO, CULTURA E CIDADE: Estudos Culturais, Histórias, Memórias, Linguagens, e Perspectivas De Presente, 2014-2019, sob a coordenação da Profa. Heloisa de Faria Cruz (PUC-SP, membro do NEC), em parceria com os PPGHs da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Sua parceria com instituições de ensino fundamental e médio, com destaque para a participação da Profa. Maria do Rosário da Cunha Peixoto junto à DRE/Campo Limpo/SP, no sentido de discutir possibilidades e propor formas

de atuação conjunta (participação em eventos, oficinas de trabalho, outras atividades), cujo detalhamento está no item Inserção Social/interfaces com a educação básica, também apresenta desdobramentos, como apontado nos itens citados.

#### Núcleo de Pesquisa em História, Política e Cultura (POLITHICULT)

Em atuação desde 2005, sob a liderança do Prof. Antonio Pedro Tota, desenvolve estudos sobre as relações entre História, Política e Cultura no mundo contemporâneo. O POLITHICULT subsidia pesquisas e estudos sobre a realidade nacional e internacional por meio de encontros entre pesquisadores, promove debates, seminários e conferências. As pesquisas e os debates estão articulados com as seguintes linhas de pesquisa: Política, Cultura e Poder; Cultura e Civilização; História, Cultura e Relações Internacionais. Seus pesquisadores e estudantes são vinculados à Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, da UNESP-Araraquara, da UNICAMP, da UFRN, da UFMS e de outras instituições de Ensino e Pesquisa. Mantém intercâmbio com a University of Maryland. No decorrer de 2013 o Prof. Antonio Pedro iniciou o projeto de publicação de uma revista eletrônica vinculada ao grupo de pesquisa. Em 2015 houve a apresentação da revista eletrônica CADUS - Revista de Estudos de Política, História e Cultura - POLITHICULT – PUC-SP que passa a ser importante articuladora das temáticas e questões propostas pelo grupo ([http://revistas.pucsp.br/polithicult/ISSN 2446-9076](http://revistas.pucsp.br/polithicult/ISSN%202446-9076)).

#### A Condição Corporal

Organizado em 2010, sob a liderança da Profa. Denise Bernuzzi Sant'Anna, com caráter multidisciplinar, propõe-se articular pesquisas e atividades sobre a História do corpo e possui três dimensões relacionada entre si: Corpo e Subjetividade; História das práticas e representações corporais; Políticas da condição corporal. O grupo é membro do CORPUS - International Group for the Cultural Studies of the Body - <http://corpus.comlu.com/>. Em 2014, manteve parceria institucional com a Universidade de Montpellier. Desde 2015 mantém intercâmbios com a

EHESS e com a Universidade Nova de Lisboa, tendo se tornado 'Professora Convidada' em ambas as instituições. Nos itens Intercâmbios Internacionais e Internacionalização apresentamos os produtos relativos.

#### Povos Indígenas e História nas Américas

Destaque-se também a atuação do grupo Povos Indígenas e História nas Américas, sob a liderança do Prof. Fernando Torres Londoño, do qual participam doutorandos, mestrandos e alunos de IC do Departamento de História. No decorrer destes quadriênios, o grupo de pesquisa já ofereceu Minicursos sobre História Indígena em articulação com instituições nacionais e mantém redes de pesquisas internacionais através da participação no Jornadas Internacionales de Misiones Jesuitas que reúne pesquisadores de Paraguay, Uruguay, Argentina, Brasil, Bolívia e Peru e conta com mais de 30 anos de atuação. No que tange à sua participação na rede nacional de pesquisadores de História das Religiões e Religiosidades, cabe destacar a realização simpósios nacionais desde 2010. Integra também a REDE DE HISTÓRIA DE LA IGLESIA Y LAS RELIGIONES DEL NOROESTE ARGENTINO NOA. Esta rede reúne pesquisadores andinos no norte de argentina e fronteiras. Está integrada por historiadores e cientistas da Religião e nos últimos anos tem representado um fórum de debate de pesquisa sobre os Andes de muito alto nível.

Núcleo de Estudos da Alteridade, liderado pelo prof. Amilcar Torrão Filho e com a participação do prof. Alberto Luiz Schneider, credenciado no programa no ano de 2018. Este grupo de pesquisa é formado por investigadores de variadas universidades de São Paulo (PUC-SP, USP, Unesp, Unifesp, UFRJ) e do México que têm participado conjuntamente de diversos congressos e eventos internacionais, incluindo um grupo de pesquisas sediado no Centro Peninsular en Humanidades y Ciencias Sociales (CEPHCIS), da Universidad Nacional Autónoma de México, (UNAM) em Mérida, Iucatã, liderado por Carolina Depetris e Sandra Ramírez, intitulado Literatura, filosofía y ciencia: hacia una metaforización del mundo como problema transdisciplinario (Proyecto Papiit IG400113), que teve no ano de 2015 o seu terceiro encontro internacional realizado em Mérida. Estes

pesquisadores possuem diversos temas e assuntos em comum, ainda que trilhando caminhos próprios de pesquisa, sendo a alteridade um dos elementos centrais e aglutinadores destes interesses compartilhados. Trata-se de grupo proposto em 2015.

#### Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL)

Em atuação desde 2004, o CEHAL, tem a liderança da Profa. Vera Lucia Vieira e como vice-líder o Prof Antonio Rago Filho, além da participação dos professores Carla Reis Longhi e Luiz Antonio Dias e volta-se para a construção de um diálogo sistematizado com temáticas e grupos de pesquisa latino-americanos e com a reflexão sobre o mundo do trabalho, Direitos Humanos e memória. Desenvolve suas atividades junto com a atuação de outros 3 núcleos já consolidados: Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC), o Núcleo de Estudos sobre Tecnologias e Gênero (NEGI) e o Núcleo de Estudos: Trabalho, ideologia e poder na América Latina (NEHTIPO). Cada Núcleo possui uma abordagem própria o que tem possibilitado ao CEHAL analisar diversos aspectos da realidade latino-americana sob vários enfoques. Tem ainda ampliado contatos com universidades de outros países latino e europeus, visando integrar pesquisas, assim como promover eventos em cooperação, bem como, tem ampliado suas atuações em inserção social, como apresentado nos itens específicos. Os produtos também estão especificados nos itens Intercâmbios Nacionais; Intercâmbios Internacionais; Internacionalização e Inserção Social.

#### Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO)

Registre-se, desde 2006, a atuação do CECAFRO – Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora, liderado pela Profa. Antonieta Antonacci, sua fundadora, e pelo Prof. Amailton Magno Azevedo, envolvendo em seu trabalho outros professores do Programa de História, bem como de outras áreas com destaque para o Prof. Enio José da Costa Brito (Ciências da Religião) e Josildeth Gomes Consorte (Ciências Sociais), além de pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos, alunos de IC da PUC-SP e de outras instituições. Extremamente ativo na articulação de pesquisadores que

estudam as diásporas negras no Atlântico Sul, o Centro tem promovido pesquisas e eventos de grande relevância nacional. Tem como perspectiva, promover estudos voltados a cosmogonias, crenças, valores, formas de comunicação e transmissão oral, como a costumes e memórias de povos africanos, ameríndios e seus descendentes – que marginalizados pelo expansionismo europeu do século XV – a partir de finais do século XX vêm rompendo barreiras históricas. Buscando constituir-se de forma interdisciplinar e interinstitucional, o CECAFRO propõe-se, em seu movimento de expansão, acolher outros núcleos de estudo e pesquisadores interessados em fazer da nossa universidade um centro de referência sobre Estudos Africanos.

Muitos foram os professores e professoras que emprestaram seu talento para se dedicarem também a tarefas administrativas e de coordenação. A todos eles os nossos sinceros agradecimentos.

Da mesma forma, lembramos com muita alegria a contribuição inestimável de nossos alunos e ex-alunos que hoje integram o corpo docente das universidades federais e particulares de todo o território nacional. Agradecemos com carinho toda a colaboração e entrega de nossos queridos secretários, Betinha e William. Também é fundamental registrar a memória daqueles que se foram e deixaram muitas saudades: Uma especial homenagem à Profa. Dra. Dea Felonon, o Prof. Dr. Mauricio Tragtemberg, a Profa. Dra. Maria Angelica Victoria Miguela Careaga Soler, a Profa. Dra. Irmã Leda Pereira Rodrigues e a Profa. Dra. Marcia Mansor D'Aléssio.

### **Referências bibliográficas**

AGUIAR, R. O. de. **Reforma universitária e Desenvolvimentismo no governo João Goulart:** os caminhos e os obstáculos para a reestruturação do ensino superior. 2017, 56f. Trabalho de conclusão de curso à pós-graduação em Docência para o Ensino Superior - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo.

AVELINO, Y. D. **Irmã Leda:** Uma historiadora construtora de ideias e devotada à juventude. São Paulo: Educ, 2020.

AVELINO, Y. D. Uma Universidade Católica em São Paulo (1946-1984). In: AVELINO, Y. D., FLORIO, M. (Orgs). **Polifonias da Cidade:** memória, arte e cidade. São Paulo: D'Escrever Editora, 2009.

BRASIL. Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 147, 29 novembro 1968.

BURKE, P. **O Que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

NAGAMINE, J. M. **Universidade e Compromisso Social**: a experiência da reforma da PUC de São Paulo. São Paulo: Educ; Campinas – SP: Editora Autores Associados, 1997.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RIBEIRO, D. **A Universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**: etapas da Evolução Sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANCHES, T. Autoritária e modernizante, reforma universitária completa 50 anos. **Universidade Federal de Minas Gerais**, 2018. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/autoritaria-e-modernizante-reforma-universitaria-completa-50-anos>

SAVIANI, D. **Prefácio** In: NAGAMIN, J. M. Universidade e compromisso Social: A experiência da reforma na PUC de São Paulo. São Paulo: Educ; Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.